

## UMA REFLEXÃO ACERCA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS: UM ESTUDO DE CASO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE LAGUNA/SC E TUBARÃO/SC

NEVES, Bruna Crescêncio  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
neves.bruna29@gmail.com

**Resumo:** O reconhecimento da língua de sinais como língua natural do surdo e do acesso da mesma na escola regular por meio das diretrizes nacionais para a educação especial (resolução CNE/CEB n. 2, de 2001, a lei 10.098/94 - VII, que trata sobre a acessibilidade à língua de sinais), da lei 10.436/02 que estabeleceu que LIBRAS é o meio legal de comunicação e expressão do surdo e do Decreto 5.626/ têm ocasionado algumas mudanças na educação dos surdos em nosso país. Desse modo, as instituições de ensino buscam adequar-se às novas diretrizes para atender esses alunos; entretanto, a realidade encontrada nas escolas difere daquela que seria a ideal. Nesse sentido, o presente artigo focaliza a análise nas seguintes questões: a) A realidade do aluno surdo do ensino médio em duas escolas públicas de Laguna e Tubarão, ambas em Santa Catarina, b) A visão dos professores de língua portuguesa acerca destes alunos, c) O cotidiano escolar que envolve surdo, professor e intérprete e d) A aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua. Encontrou-se como resultado dessa pesquisa alunos integrados no ambiente escolar, com professores intérpretes como exige a lei, mas com relevantes limitações na aprendizagem da língua portuguesa.

**Palavras-chave:** surdos; língua de sinais; língua portuguesa; bilinguismo.

### 1 Introdução

A educação dos surdos tem sido alvo de discussões e estudos há muito tempo, devido às diferentes fases que teceram a educação dos mesmos. A história da educação dos surdos no Brasil é marcada por contrastantes metodologias que perpassaram a trajetória da comunidade surda nos últimos séculos, e agora têm sido desenvolvidas sob a óptica do bilinguismo. Conforme Góes (1999, pg. 43), “a corrente do bilinguismo assume a língua de sinais como primeira língua da criança surda, [...] como segunda língua está aquela utilizada pelo grupo social majoritário.”

A lei n.º 10.436, em 24 de abril de 2002, estabelece que a Língua Brasileira de Sinais – Libras é o meio legal de comunicação e expressão do surdo. Sendo assim, as instituições de ensino público devem adequar-se a essa realidade e proporcionar a esses alunos o uso da libras como primeira língua no processo do ensino-aprendizagem, desde a educação infantil até os níveis mais elevados do ensino, como consta no artigo 6º desta referida lei. O Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a lei nº 10.436, assevera o direito do surdo à educação bilíngue, tendo a libras como a língua materna e a língua portuguesa (doravante LP) como segunda língua.

Apesar de todos esses direitos subsidiados por lei, as propostas pedagógicas e metodológicas no que concerne à educação bilíngue, ainda precisam ser discutidas. Não basta o aluno surdo estar inserido na escola regular, é necessário criar formas para que ele aprenda a língua portuguesa, e possa utilizar a língua escrita do seu país e a língua de sinais para se comunicar. A inserção do aluno surdo na escola regular divide opiniões, já que para alguns estudiosos, isso não se limita somente ao fato de ele estar integrado com a sociedade ouvinte, mas possuir condições adequadas a um ensino de qualidade. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96), todas as crianças têm direito à educação de qualidade, disponibilizada preferencialmente na escola regular.

A preocupação com aprendizagem da leitura e da escrita dos surdos tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores. Segundo Góes, (1999, p.2):

Análises de práticas correntes no trabalho pedagógico dessa área indicam que a história escolar do aluno surdo tende a ser constituída por experiências bastante restritas, que configuram condições de produção de conhecimento pouco propícias ao domínio da língua portuguesa. Em geral, as aprendizagens são pobres e envolvem escasso uso efetivo da linguagem escrita, sobretudo nas séries iniciais. Mesmo posteriormente, as atividades de escrita e leitura são limitadas a textos “simples” e curtos.

A Política de Educação de Surdos no Estado de Santa Catarina estabelece que o currículo da escola deva estar organizado com base em uma perspectiva visual-espacial, a fim de oferecer ao aluno surdo todos os conteúdos escolares na língua natural da criança, nesse caso, a Língua Brasileira de Sinais. No entanto, a LP é a principal forma de comunicação utilizada na sala de aula, onde a maioria dos alunos são ouvintes e falantes da língua portuguesa. Como ensinar aos surdos do mesmo modo que ensinamos aos ouvintes? Será que podemos usar a mesma didática e predominantemente a língua portuguesa? Qual deve ser a postura do professor de LP diante desses desafios? Há uma lacuna entre o aluno ouvinte e o aluno surdo, pois o ouvinte já possui as bases linguísticas da língua a ser estudada na escola, e o surdo muitas vezes não domina totalmente a língua brasileira de sinais, e é introduzido em um ambiente onde a língua portuguesa é primordial para a aprendizagem de todas as disciplinas. Conforme Cummins 2003 (apud QUADROS, 2005, p.32), “as crianças que vão para a escola com uma língua consolidada, terão habilidades de desenvolver habilidades de leitura e escrita com muito mais consistência”. Entretanto, as crianças são inseridas na escola regular, sem estarem alfabetizadas na língua de sinais, e são submetidas ao ensino da língua portuguesa, gerando as dificuldades descritas acima.

Diante disso, partimos para uma pesquisa que teve como objetivo geral conhecer a realidade do ensino e, conseqüentemente, o desempenho dos alunos na disciplina de língua portuguesa do ensino médio de duas escolas públicas. A primeira, Escola de Ensino Médio Almirante Lamego, localizada no município de Laguna/ SC. A segunda, Escola de Educação Básica Senador Francisco Benjamin Gallotti, situada em Tubarão/SC. Nossa pesquisa consiste especificamente em conhecer a realidade escolar do aluno surdo inserido na escola regular da rede pública de ensino. Buscamos entender como se desenvolve a educação dos surdos e quais os problemas enfrentados por esses alunos quanto à aprendizagem da segunda língua (Língua Portuguesa).

De acordo com Bittencourt (2004, p.13), muitos professores da escola regular não estão preparados para receber um aluno surdo, pois têm concepções equivocadas destes indivíduos. Skliar (1998, p. 18) descreve a respeito do fracasso educacional desses alunos:

A falta de compreensão e de produção dos significados da língua oral, o analfabetismo massivo, a mínima proporção de surdos que têm acesso a estudos de ensino superior, a falta de qualificação profissional para trabalho, etc., foram e são motivos para três tipos de justificações impróprias sobre o fracasso na educação dos surdos. Em primeiro lugar, está atribuído aos surdos o fracasso [...] Em segundo lugar, está a culpabilização aos professores ouvintes por este fracasso. E, em terceiro lugar, está a localização do fracasso nas limitações dos métodos de ensino.

O ensino médio deve ser a base para a formação de um estudante, para que esse possa prosseguir seus estudos, qualificar-se profissionalmente e assim estar inserido no exercício da cidadania. A disciplina de língua portuguesa nessa etapa da educação deve propiciar ao aluno um aprimoramento da escrita e da leitura que será indispensável para o seu crescimento, tal perspectiva deve contemplar os alunos surdos.

## **2. Breve relato da educação dos surdos no mundo e em Santa Catarina**

Lançando um olhar para história dos surdos, percebemos as diversas dificuldades e preconceitos que eles enfrentaram desde a antiguidade, quando eram conhecidos como seres incapazes de pensar. A falta de conhecimento permitiu que ouvintes julgassem e maltratassem surdos, privando-os de seus direitos como homens de uma sociedade. A igreja católica vitimou os mesmos, ignorando-os como seres imortais até a Idade Média, por eles não poderem falar os Sacramentos (MOURA, 2000, p. 16).

A partir do século XV, surgiram os primeiros educadores de surdos da história, que inicialmente atendiam aos surdos mais privilegiados, mas aos poucos o ensino foi se universalizando. Pedro Ponce de Leon (1520 – 1584) foi o primeiro professor de surdos na história. Em 1760, Charles Michel de L'Épée aprendeu a Língua de Sinais e a utilizou para desenvolver seu próprio sistema de ensino, chamado “Sinais Metódicos”, combinando a gramática sinalizada francesa e a língua de sinais. L'Épée criou a primeira escola pública para surdos no mundo, o Instituto Nacional para Surdos – Mudos em Paris. Enquanto L'Épée desenvolvia seu trabalho baseado na linguagem de sinais, Samuel Heinick, na Alemanha, dava início às primeiras noções do que hoje se constitui a filosofia educacional oralista. (GOLDFELD, 2000, p. 29).

Durante muito tempo, o oralismo esteve fortalecido, pois para muitos a oralidade era a única forma de o sujeito surdo estar integrado à sociedade, e não formar um grupo paralelo a ela. Com o reconhecimento da ASL (American Sign Language), em português, Língua de Sinais Americana, os surdos começaram a usar sua língua natural. A partir desse momento, a metodologia utilizada na educação dos surdos começou a ser reestruturada. A comunicação total já havia surgido em 1968, nos Estados Unidos, como uma possibilidade de ensino que utilizava todas as formas possíveis de comunicação. “Durante a década de 80, surge uma proposta nova: o bilinguismo, ou seja, as crianças surdas deveriam aprender sinais e a língua falada como atividades separadas” (BITTENCOURT, 2005, p.26). Aos poucos a filosofia bilíngue alcançou resultados satisfatórios, espalhou-se por todo o mundo e atualmente é a metodologia utilizada nos principais centros em educação para surdos.

A educação para surdos em Santa Catarina teve início em meados de 1954, com a chegada do técnico em educação do Ministério de Educação e Cultura – MEC, João Barroso Júnior, que difundiu as ideias do Instituto Nacional de Surdos do Rio de Janeiro (FERREIRA apud BITTENCOURT, 2002, p. 29). A partir disso, o INES ofereceu um curso para capacitar os professores para o trabalho com os alunos surdos.

De acordo com Lorenzini (2004, p. 24), “em 15 de agosto de 1955, a comunidade surda de Florianópolis fundou o Círculo de Surdos-Mudos de Santa Catarina. Esse Círculo, como as outras associações de surdos do país, também teve finalidades educacionais e esportivas”. A comunidade surda passou a receber atendimento especializado para melhorar sua qualidade de ensino e vida social.

A Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) foi criada em 06 de maio de 1968, através da Lei nº 4.156 e regulamentada pelo Decreto no 7.443 de 02 de dezembro de 1968. A Fundação está localizada no município de São José - SC e é uma instituição vinculada a Secretaria de Estado de Educação. De acordo com Bittencourt (2006, p. 30),

Sua estrutura organizacional é constituída por centros de ensino, avaliação, pesquisa e produção de recursos tecnológicos adaptados, reabilitação, profissionalização e capacitação de recursos humanos [...]. A FCEE é responsável pela definição e coordenação da política de educação especial no Estado de Santa Catarina. Fundamenta suas ações no princípio da inclusão, para garantir ao educando com necessidades educacionais especiais o direito à cidadania.

Lorenzini (2004, p.25) discorre sobre o crescimento da comunidade surda em Santa Catarina:

A organização dos movimentos surdos no Brasil também repercutiu satisfatoriamente em Santa Catarina. Em agosto de 1973, na festa do 18º aniversário de fundação do Círculo de Surdos-Mudos de Santa Catarina, houve

uma articulação efetiva entre a Federação Brasileira de Surdos e as Associações de Surdos de Santa Catarina e Curitiba. Até o início da década de 1980, o Círculo de Surdos-Mudos de Santa Catarina se expandiu pelo Estado e criou seus núcleos nos municípios de Blumenau, Joinville, Lages, Timbó, Chapecó, Itajaí e Gaspar.

Entre os anos de 1988 e 1999, a FCEE desenvolveu estudos para averiguar a qualidade da educação dos surdos na escola regular em Santa Catarina, obtendo resultados bastante negativos, relativos à incapacitação dos profissionais, do preconceito e do uso da língua de sinais. Conforme dados do IBGE, no ano de 2003 existiam cerca de 178.000 surdos em nosso estado e apenas 1650 alunos matriculados na rede regular de ensino. Diante desta realidade, a FCEE, a Secretaria de Educação e Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, elaboraram uma proposta de política pública que visa à permanência dos surdos na escola, oferecendo a esses alunos um atendimento especializado, com professores qualificados e intérpretes em Língua de Sinais (QUADROS, 2006, p. 144).

Aos poucos as oportunidades para a educação dos surdos em Santa Catarina desenvolveram-se e a capacitação dos profissionais também adquiriu destaque, com a criação de cursos de formação de professores e intérpretes, como o curso de graduação em Letras – Libras, oferecido na modalidade presencial e a distância pela UFSC.

### 3. O surdo e o direito à sua língua materna

No Brasil, em 2009, havia cerca de 5.750.811 surdos, dos quais 776.884 estão em idade escolar. Apesar disso, a quantidade de surdos que frequentam a escola ainda é muito baixa: somente 69.420, o que representa uma porcentagem de 8,94%, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (SOUZA, 2009). Segundo o decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, no Capítulo I – Das Disposições Preliminares - Artigo 2º:

[...] considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Parágrafo único: Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz

Os graus de perda auditiva são classificados de acordo com os decibéis que os surdos conseguem captar, conforme tabela 1.

<b>Grau de surdez</b>	
<b>Graus de perda auditiva</b>	
Perda Leve (26 a 40 dB)	Impede de perceber igualmente todos os sons da fala, apresenta dificuldade de perceber sons de baixa intensidade ou vindos de longe.
Perda Moderada (41 a 55dB)	Percebe a voz com certa intensidade. Ao telefone, não houve os colegas; troca os fonemas semelhantes. É necessária a voz forte e alta para ouvir, pode apresentar atraso na linguagem e discriminação difícil em lugares com muitos ruídos.

Perda Severa (70 a 90 dB)	Identifica ruídos familiares (os graves), percebe a voz grave ou amplificada com a prótese. Ouve sons fortes, como latido de cão, avião, caminhão. Necessita de orientação precoce para ajudar no atendimento da criança, na compreensão da fala, junto com a grande aptidão visual.
Perda Profunda (acima de 90 dB)	Não ouve a voz humana, não percebe sons do ambiente familiar; ouve apenas os sons graves que transmitem vibrações (moto, raio, batida de porta); maior facilidade para perceber as pistas visuais).

Tabela 1. Classificação das perdas auditivas

Fonte: Adaptado de Northern &amp; Downs (1996)

Recentemente os surdos tiveram o seu direito linguístico reconhecido através da Lei n° 10.436, em 24 de abril de 2002, ficando estabelecido que a libras é o meio legal de comunicação e expressão do surdo. O parágrafo único do artigo 1° da referida lei conceitua a língua brasileira de sinais, afirmando que “LIBRAS é um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, oriunda de comunidade de pessoas surdas do Brasil”.

O artigo 6° dessa lei defende que as instituições de ensino público deverão garantir, quando solicitadas, a presença e utilização da língua brasileira de sinais no processo ensino-aprendizagem, desde a educação infantil até os níveis mais elevados do sistema educacional. Esse documento propõe a reflexão sobre a língua de sinais, como pode facilitar a comunicação entre surdos e ouvintes, além de esclarecer a sociedade sobre a importância desta língua.

A língua de sinais deve ser introduzida na formação de professores conforme consta na lei, entretanto mesmo a libras sendo exigida nos cursos de licenciatura, ainda falta a profissionalização de muitos educadores e a necessidade de profissionais habilitados para trabalhar com crianças e jovens surdos. Segundo o decreto N° 5.626 de 22 de dezembro de 2005, no Capítulo II - DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR - Artigo 3° :

[...] A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1° Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2° A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

A instituição de ensino deve garantir ao aluno surdo a disponibilidade de ter um intérprete em sala de aula. O intérprete dever estar formado ou frequentando o curso superior de tradução e interpretação, como assevera o Decreto N° 5.626 de 22 de dezembro de 2005, no Capítulo V- DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS - LÍNGUA PORTUGUESA - Artigo 17° e 18°:

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Conforme consta no decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, no Capítulo VI- que trata da garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, a educação bilíngue deve ser garantida para os surdos, tendo a libras como a língua materna e a língua portuguesa como segunda língua. A Política Nacional de Educação Especial reforça que essa educação bilíngue deve ocorrer ainda na escola de ensino regular, mas o que vemos na realidade é a dificuldade que as turmas enfrentam, pois os surdos são inseridos em salas de aula, onde a língua portuguesa é a principal língua utilizada. Além disso, as diferenças linguísticas de cada surdo e a mudança constante de profissionais fazem com que ainda exista a falta de uma política mais específica na questão da educação dos surdos.

#### **4. Metodologia**

A realização deste estudo se desenvolveu através de pesquisa bibliográfica (GIL, 2002, p. 44) e estudo de caso sob uma perspectiva quali-quantitativa (LAVILLE & DIONNE, 1999, p. 43). Para a pesquisa foram elaborados dois tipos de questionários, um para o aluno surdo e o outro para o professor de língua portuguesa. Além disso, foi aplicada uma atividade com objetivo de avaliar o desempenho dos alunos da aprendizagem da segunda língua.

A pesquisa foi realizada em duas escolas públicas das cidades de Laguna e Tubarão. A Escola de Ensino Médio Almirante Lamego, localizada na Rua Celso Ramos, nº 96, no centro do município de Laguna e a Escola de Educação Básica Senador Francisco Benjamin Gallotti, está localizada na Rua Altamiro Guimarães, nº 165, no bairro Oficinas, em Tubarão/SC.

A amostra para o estudo é pequena, haja vista que todos os alunos surdos matriculados no ensino médio das instituições escolhidas participaram da pesquisa. Na Escola de Ensino Médio Almirante Lamego, em Laguna, três alunos surdos participaram do estudo, dois deles estudam no período matutino e o outro no período noturno; todos esses estudantes possuem um intérprete em sala de aula. Em Tubarão, a Escola de Educação Básica Senador Francisco Benjamin Gallotti também atende três alunos surdos e possui intérprete em sala de aula. Além disso, os professores de Língua Portuguesa participaram da pesquisa.

#### **5. Resultados e discussão**

Este segmento apresenta a análise dos dados obtidos através da aplicação dos questionários. Cabe ressaltar que conforme estabelecido por lei, a metodologia presente nas escolas participantes da pesquisa é o bilinguismo. Conforme Quadros (1997, p. 27) “o bilinguismo é uma proposta de ensino que se propõe a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar”. A língua de

sinais deve ser utilizada no ensino de todas as disciplinas, para que o aluno surdo possa tornar-se letrado através da abordagem bilíngue. Desse modo faz-se necessário que os profissionais da escola, pais e alunos aprendam a língua de sinais, já que esta será a primeira língua dos alunos surdos, enquanto a língua escrita e a língua oral serão ensinadas como línguas estrangeiras (BOTELHO, 2002, p.112). Ao optar em oferecer uma educação bilíngue, a escola assume uma política linguística que define a coexistência de duas línguas no espaço escolar, sendo assim o professor que assumisse essa tarefa deveria se comprometer a aprender a língua de sinais, uma vez que educação bilíngue implica professores bilíngues.

Com base nos questionários aplicados com os alunos surdos, foi possível conhecer um pouco da história desses jovens e sua relação com a língua de sinais. Conforme sintetizado na tabela abaixo, eles apresentam características bem semelhantes quanto ao contexto escolar e social em que estão inseridos.

<b>Surdos participantes da pesquisa (6)</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Dominam Língua de Sinais	6	0
Aprenderam Língua de Sinais na escola	6	0
Pais ouvintes	6	0
Oralizados	0	6
Atendimento fonoaudiológico	3	3
Intérprete em sala de aula	6	0
Dificuldades na aprendizagem da Língua Portuguesa	6	0

Tabela 2. Síntese dos dados coletados com os alunos surdos

Todos os surdos entrevistados possuem entre 17 a 18 anos e estão cursando o ensino médio em escolas regulares, com a presença do intérprete conforme assegurado por lei. Esses alunos têm a língua de sinais como primeira língua, todavia adquiriram a língua de sinais no ambiente escolar por meio da intérprete, já que todos eles são filhos de pais ouvintes, o que reflete uma realidade em nosso país. É importante ressaltar os diferentes contextos de aquisição do surdo, pois sabemos que nem todos os surdos têm a oportunidade de estar em contato com língua de sinais no ambiente em que vivem. Há diversos contextos em que ocorre essa aquisição, como: a) no lar, onde os pais podem ser surdos ou como na maioria das vezes, os pais são ouvintes; b) na escola, que poderá oferecer ao aluno o contato com adultos fluentes em língua de sinais ou permitir que o único contato com a língua de aconteça somente por meio do intérprete e c) na clínica, onde a criança pode ter atendimento especializado antes de ingressar na escola, e nesse contexto a abordagem pode ser exclusivamente oral ou bilíngue. Quadros e Cruz (2011), afirmam que dependendo da experiência nos diferentes contextos, as crianças apresentarão implicações no processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem.

Quando questionados sobre as dificuldades encontradas nas aulas de língua portuguesa, todos demonstraram descontentamento com a aprendizagem da LP. Essa disciplina apresenta um grau de dificuldade maior quanto ao aprendizado, por se tratar da aprendizagem de uma segunda língua, que envolve principalmente leitura e escrita, e também possui uma estrutura gramatical diferente da libras. A comprovação dessa barreira linguística, é que nenhum dos alunos entrevistados conseguiu responder a atividade proposta, composta de leitura, interpretação e escrita. Enquanto a língua portuguesa não for significativa para o surdo, ele não conseguirá aprender essa segunda língua, ela precisa estar inserida no cotidiano do surdo, deve permear as práticas sociais, e não estar limitada ao espaço educacional.

Segundo Quadros e Shimiedt (2006), “entre os surdos fluentes em português, o uso da escrita faz parte do seu cotidiano por meio de diferentes tipos de produção textual, em especial, destaca-se a comunicação através do celular, de chats e e-mails”. Além disso, é preciso assegurar que a aprendizagem de uma segunda língua, nesse caso a LP, somente irá acontecer se a primeira língua for a base para o ensino, pois a educação bilíngue deve permitir o contato com as duas línguas, que não se dá apenas com a presença do intérprete. Logo:

O ensino do português pressupõe a aquisição da língua de sinais brasileira – “a” língua da criança surda. A língua de sinais também apresenta um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem do português. A idéia não é simplesmente uma transferência de conhecimentos da primeira língua para a segunda língua, mas sim um processo paralelo de aquisição e aprendizagem em que cada língua apresenta seus papéis e valores sociais representados (Quadros, Shimiedt, 2006)

Nas perguntas abertas os alunos surdos puderam expor suas opiniões quanto ao ensino da língua portuguesa e sugerir mudanças na metodologia usada pelos professores. As principais sugestões dos alunos foram o uso de vídeo, gravuras, *coisas da internet com figuras, mais coisas na sala para a gente ver*. As palavras deles exprimem a vontade que os mesmos têm de aprender, utilizando principalmente o canal visual. A necessidade de aulas diferenciadas citada pelos surdos demonstra que os professores procuram poucos métodos e instrumentos que facilitem e auxiliem a aprendizagem destes alunos.

Outra proposta dos alunos surdos o aprendizado de novas palavras. Isso parece simples, já que estamos nos referindo a alunos do Ensino Médio, entretanto é uma realidade problemática. Os alunos surdos sentem as dificuldades, e elas não podem passar despercebidas pelos professores. A vontade de conhecer novas palavras mostra que eles têm desejo de aprender, de adquirir e dominar tão bem quanto o ouvinte, a língua oficial de seu país.

A participação dos professores de língua portuguesa completa essa pesquisa. Esses profissionais apresentam um pouco da vivência no ensino de LP a alunos surdos, suas angústias, dificuldades e perspectivas no cotidiano escolar.

<b>Professores participantes da pesquisa (3)</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Formação profissional – Especialização	3	0
Tempo de serviço ( + de 10 anos)	3	0
Especialização para trabalhar com alunos surdos	0	3
Dificuldades para se comunicar com os alunos surdos	3	0
Intérprete em sala de aula	3	0
Dificuldades dos alunos na aprendizagem da LP	3	0
Usa métodos diferenciados com os alunos surdos	3	0

Tabela 3. Síntese dos dados coletados com os professores de LP

Conforme exposto na tabela acima, todos os professores entrevistados trabalham há mais de dez anos no magistério. Inclusive, uma das professoras tem trinta e três anos de experiência em aulas de Língua Portuguesa, e a outra, cerca de vinte e sete anos. Isso nos mostra que os professores participantes da pesquisa já possuem muita experiência na licenciatura. Entretanto, o tempo de serviço no magistério, não equivale ao tempo de trabalho com alunos surdos. Esse fato acontece, porque a lei que garante a inserção do aluno surdo na escola regular ainda é recente e esses professores começaram a receber os alunos surdos nos últimos anos. O pouco tempo de serviço mostra que há ainda falta de experiência dos professores para trabalhar com esses alunos. Além disso, os professores entrevistados afirmaram que não possuem nenhuma capacitação para trabalharem com os alunos surdos. Essa é uma realidade do contexto educacional dos surdos, os professores não participam de cursos especializados e os alunos são inseridos em salas de aula cheias e com profissionais despreparados. O decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, garante que os professores devem receber cursos para melhor atender esses alunos, mas os dados mostram que a realidade é muito diferente do que a garantida pela legislação.

Outra questão relevante é a dificuldade que os professores entrevistados afirmaram ter na comunicação com os alunos surdos. Eles explanaram que recorrem a todas as formas possíveis para se comunicarem com os alunos surdos, exceto a língua de sinais. A linguagem escrita e os gestos são os meios mais usados pelos professores. Contudo, sabemos que esses profissionais não são os



grandes culpados pela realidade que presenciamos nas escolas de Laguna e Tubarão, e sim o descaso do governo com a educação dos surdos nas escolas regulares. A lei existe, e permite que os surdos frequentem as mesmas escolas que os alunos ouvintes, todavia os profissionais são preparados apenas para atender aqueles que são a maioria. Se não houver uma política que ofereça aos professores a capacitação que eles necessitam, a mudança não vai ocorrer.

Com relação ao uso de métodos diferenciados com os alunos surdos, todos os participantes afirmaram que procuram sempre utilizar o que é possível. Todos buscam usar gravuras para explicarem os conteúdos, pois acreditam que através das imagens os alunos conseguem aprender com maior facilidade. Conforme um dos professores, o Laboratório de Informática e a Biblioteca são visitados frequentemente por ele e por seus alunos, a fim de propiciar ao aluno surdo aulas dinâmicas e que provoquem o aprendizado dos mesmos. Há também, um professor que utiliza a libras por escrito, como um dos recursos em suas aulas. Os professores apenas asseveraram a dificuldade que os alunos surdos possuem na aprendizagem da LP.

Segundo os professores, a comunicação é um grande desafio para eles, e um dos principais problemas para o aprendizado dos alunos. Um dos professores alegou que os alunos surdos não são alfabetizados, e que por isso a leitura e compreensão de textos são impossíveis. A verdade é que o aluno surdo precisa ser instigado a aprender essa segunda língua, e é necessário criar contextos favoráveis para que isso aconteça. De acordo com Quadros e Shimiedt (2006):

A leitura precisa estar contextualizada. Os alunos que estão se alfabetizando em uma segunda língua precisam ter condições de “compreender” o texto. Isso significa que o professor vai precisar dar instrumentos para o seu aluno chegar à compreensão. Provocar nos alunos o interesse pelo tema da leitura por meio de uma discussão prévia do assunto, ou de um estímulo visual sobre o mesmo, ou por meio de uma brincadeira ou atividade que os conduza ao tema pode facilitar a compreensão do texto.

Os professores de LP acreditam que o atendimento oferecido na escola não é suficiente para o aluno surdo. Segundo eles, é necessário aulas de reforço e principalmente professores especializados em Língua Portuguesa – Libras para trabalharem a alfabetização com os alunos surdos. O trabalho do intérprete é indispensável, entretanto sozinho ele não consegue atender todas as necessidades que os alunos surdos possuem.

As dificuldades encontradas pelos professores de LP foram relatadas nas perguntas abertas. De acordo com um dos professores, *nenhum profissional hoje se encontra apto para lidar com o aluno surdo, principalmente o aluno que se forma no Magistério, sai sem nenhum referencial. A lei existe no papel, mas a realidade é bem outra.* Essa afirmativa confirma o que já expomos anteriormente, que a legislação prevê que todos os profissionais da educação estejam habilitados para trabalharem com os alunos surdos, mas como discorre a professora, o cotidiano nas escolas comuns é completamente diferente. A didática que deve ser utilizada também causa transtorno para os professores, já que nenhum deles possui formação especializada para trabalhar com alunos surdos e buscam improvisar para melhor atender-los em salas de aula. *Sinto-me sem rumo para preparar atividades e trabalhar com estes alunos,* estas são as palavras que retratam o quão difícil é o trabalho destes profissionais.

A comunicação com os alunos surdos é citada por todas as docentes como um dos principais problemas para o ensino. Quando perguntamos o que poderia ser feito para melhorar a qualidade de ensino do aluno surdo, todos os professores responderam que o aperfeiçoamento dos profissionais é de fundamental importância para o desempenho positivo do aluno em sala de aula. A qualificação dos professores resultará em alunos surdos mais preparados para enfrentar a sociedade. A opinião do professor revela esta necessidade: *Todos os profissionais deveriam ter no seu currículo o curso de Língua de Sinais, pois já que a Lei prevê que esse aluno tem que estar frequentando o ensino regular, caberia então todos estarem inseridos neste contexto para receber bem este aluno.*

Uma das propostas da nossa pesquisa era analisar uma atividade, que foi elaborada pela equipe a fim de avaliar o desempenho dos alunos surdos na disciplina de língua portuguesa. Esta

atividade era composta de interpretação e produção textual, que atendia as aptidões de um aluno do ensino médio. Contudo, a análise não será possível, já que os alunos não responderam as atividades propostas.

Na Escola de Ensino Médio Almirante Lamego, em Laguna, a intérprete traduziu para a libras o texto apresentado na atividade. Através da Língua de Sinais, a intérprete transcreveu a resposta dos alunos, e em nenhum momento houve a produção escrita dos mesmos. As palavras da intérprete retratam a realidade destes alunos: *Impossível fazer redação, porque eles não escrevem. Se algo fosse feito seria uma interpretação minha e não uma redação/produção deles mesmos.*

No entanto, na Escola de Educação Básica Senador Francisco Benjamin Gallotti, localizada em Tubarão, os alunos não responderam nenhuma das questões propostas. O intérprete dos alunos declarou que eles não conseguem produzir e interpretar textos.

É realmente problemática a situação em que se encontram os alunos surdos na escola regular e o modo que a filosofia bilíngue tem se desenvolvido em sala de aula. Enquanto os professores continuarem ensinando a gramática da Língua Portuguesa, ao invés de proporcionar ao aluno surdo o conhecimento real desta língua, alfabetizando esses alunos e permitindo que ele aprenda a ler e escrever primeiramente, para que assim possa utilizar a língua oficial do seu país, continuaremos presenciando resultados negativos gradativamente. Fernandes (2003, p. 55), conclui este pensamento:

Não há apenas surdos a ensinar, mas ouvintes e surdos a aprender como educar surdos. Os últimos 100 anos de educação de surdos, no Brasil, foram mais do que suficientes para aprendermos como não educar surdos e, também, como não formar educadores de surdos. Sabemos da importância da língua como instrumento de comunicação, mas também de seu papel no desenvolvimento dos processos cognitivos [...] Sabemos, também, da importância da aquisição da língua portuguesa. Mas, ainda não está claro, para muitos dos profissionais de nossa área, que *bilíngüismo na educação* não se confunde ou não se deve confundir com a gramaticalidade, com a mera aquisição de duas línguas no espaço escolar.

A citação acima vem corroborar com tudo o que apresentamos até este momento e nos mostra que é necessário um olhar especial para a educação dos surdos em nosso país, e principalmente com a realidade que está presente em nosso cotidiano, em nossas escolas.

## Considerações Finais

A preocupação com a educação dos surdos surgiu da nossa experiência como docente. A partir do convívio com os mesmos, percebemos as inúmeras dificuldades que eles encontram na escola comum, e o quanto se faz necessário um trabalho árduo para a consolidação dos direitos educacionais e da qualidade de ensino que eles merecem. Então, propomo-nos a analisar, a investigar a realidade dos surdos, a fim de instigar a reflexão dos estudiosos e profissionais da área acerca da educação que vem sido oferecida a estes alunos. Nosso objetivo foi alcançado e temos a certeza que nossa pesquisa servirá de base para novos estudos.

Quando iniciamos este trabalho, sabíamos que o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa era um dos maiores problemas encontrados pelos alunos surdos na escola comum, e isto se confirmou. Conforme apresentamos neste estudo, esses alunos possuem muitas dificuldades em relação à aprendizagem da segunda língua (Língua Portuguesa), e muitos deles não dominam completamente a língua natural (Libras). A verdade é que eles foram inseridos na escola comum sem passarem pelo processo de alfabetização, e hoje não conseguem desenvolver atividades competentes a alunos do ensino médio, a maioria deles no último ano.

Consideramos que, fazendo uso das propostas apresentadas neste trabalho, os alunos surdos ainda têm muita dificuldade na aprendizagem, principalmente nas disciplinas de ciências humanas (que envolvem o uso da LP). Com a aplicação dos questionários percebemos que, todos eles

possuem um atendimento especializado, possuindo um intérprete em sala de aula, promovendo a relação entre professor e aluno, que facilita o processo de aprendizagem. Porém, eles ainda possuem muitas dificuldades no aprendizado da Língua Portuguesa, tanto que não conseguiram responder aos questionários sozinhos (respondidos com a ajuda da intérprete), nem realizar as atividades propostas, em que avaliaríamos o desempenho dos mesmos na disciplina.

De acordo com Góes (1999, p.01), as pessoas surdas apresentam algumas limitações na linguagem escrita, mesmo após alguns anos de vida escolar. Isso ocorre devido à ausência de profissionais especializados e métodos adequados à educação dos surdos. É notório que a metodologia utilizada no ensino de língua portuguesa apresenta ainda algumas falhas, já que estudos realizados por pesquisadores nesta área mostram que o nível de conhecimento adquirido quanto esta língua não pode ser considerado satisfatório. Moura (2000, p. 13), afirma que os responsáveis pela educação dos surdos não estão devidamente preocupados com a integração desses indivíduos na sociedade, para eles a falha não está na didática aplicada, mas na capacidade do aluno.

No entanto, os alunos surdos entrevistados mostraram muita ambição por novos aprendizados e reconhecem que o ensino a eles destinado necessita de novas metodologias, novos caminhos. Inclusive os professores de LP afirmaram que a falta de aperfeiçoamento e conhecimento dos métodos que devem ser trabalhados com estes alunos, são as grandes falhas do ensino. Diante disso, acreditamos que o problema não está na incapacidade do aluno ou do professor, mas sim na ausência de cursos de aprimoramento, métodos diferenciados e de uma política pedagógica que vise realmente inserir estes alunos na escola comum, e não somente colocá-los em salas de aula com ouvintes e professores que não estão preparados para lidar com eles.

É um direito de todos os indivíduos serem tratados com igualdade, assim como todos os alunos de estarem juntos aprendendo e participando, sem nenhuma discriminação. A educação tem como objetivo a união de todos com igualdades e diferenças como valores indissociáveis, e algumas dificuldades enfrentadas no sistema de ensino mostram a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar novas alternativas para superá-las. Devemos repensar em uma escola onde todos os alunos tenham a possibilidade de terem suas debilidades tratadas de modo especial e maneira correta, para que assim possamos não apenas imaginar uma educação melhor e mais acessível para nossos alunos surdos, mas concretizar essa ideia de uma igualdade para todos respeitando os limites de cada um.

## Referências

BEVILACQUA, Maria Cecília. MONDELLI, Maria Fernanda Capoani Garcia. **Estudo da deficiência auditiva das crianças do HRAC-USP, Bauru-SP: subsídios para uma política de intervenção.** Disponível em:

<[http://www.cibersaude.com.br/revistas.asp?id\\_materia=2074&fase=imprime](http://www.cibersaude.com.br/revistas.asp?id_materia=2074&fase=imprime)> Acesso em: 25 ago.2010.

BITTENCOURT, Maria Conceição de Souza. **Educação de Surdos: Contextualizando a experiência de Tubarão.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas.** 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRASIL. **Lei 10.436 de 24/04/2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm). Acesso em: 25 jul. 2010.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)> Acesso em: 25 jul. 2010.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** - Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>> Acesso em: 13 jul. 2010.

CALASSA, Glaci. **A importância da família para o desenvolvimento do aluno surdo.** 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/17033/1/A-Importancia-da-Familia-Para-o-Desenvolvimento-do-aluno-Surdo/pagina1.html#ixzz0ywhq1DiN>> Acesso em: 25 de ago. 2010.

FCEE – **Fundação Catarinense de Educação Especial.** Disponível em: <<http://www.fcee.sc.gov.br/>> Acesso em: 22 jul. 2010.

FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓES, Maria Cecília. **Linguagem, surdez e educação.** Campinas: Autores Associados, 1999.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista.** 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

INES – **Instituto Nacional de Educação de Surdos.** Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/>> Acesso em: 18 maio. 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean, 1999. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Editora UFMG: Artmed

**Linguagens, códigos e suas tecnologias/** Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, 2008. (Orientações curriculares para o ensino médio, volume 1)

LORENZINI, Nydia Maria Pinheiro. **Aquisição de um conceito científicos por alunos surdos de classes regulares do ensino fundamental.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MOURA, Maria Cecilia de. **O surdo: caminhos para uma nova identidade.** Rio de Janeiro, 2000.

NORTHERN, Jerry; DOWS, Marion. **Audição em crianças.** 3. ed. São Paulo: Manole, 1989.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artes Médias, 1997.

\_\_\_\_\_; CRUZ, Carina Rebello. **Língua de Sinais: Instrumentos de Avaliação** – Porto Alegre: Artmed, 2011.

\_\_\_\_\_; **Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: Espaço de negociações.** 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a03v2669.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2010.

\_\_\_\_\_; SHIMIÉDT, Magali L.P. **Idéias para ensinar português para alunos surdos.** – Brasília : MEC, SEESP, 2006

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1999.